

Informativo Semanal

#COVID19



AJUFE

22/10

NOTA PÚBLICA - Aprovação de Kassio Nunes ao STF

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) recebe com muita alegria a aprovação do associado Kassio Nunes Marques no plenário do Senado Federal para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF). Após uma longa e criteriosa sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a indicação foi acatada por ampla maioria dos Senadores. A entidade acredita que o futuro ministro conseguirá aplicar, da melhor forma possível, a experiência adquirida ao longo dos anos na Justiça Federal.

A Ajufe vem defendendo há anos a necessidade de contar com membros da magistratura federal na Suprema Corte do país. Nesse sentido, Kassio Nunes Marques contempla essa aspiração e irá desempenhar a nova função que recebeu com equilíbrio, zelo e competência técnica. A vivência adquirida na justiça federal vai contribuir no ambiente do colegiado, principalmente, nas discussões dos temas complexos de competência própria do Judiciário da União.

Continue lendo...

22/10

Senado aprova indicação de Kássio Nunes ao STF

O plenário do Senado aprovou, por 57 votos a 10, a indicação do desembargador federal Kassio Nunes Marques à vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem à noite (21/10), após sabatina. O presidente da Ajufe, Eduardo André, acompanhou o evento virtualmente.

Kassio Marques ocupará a vaga do ministro Celso de Mello, que ficou 31 anos na Corte e se aposentou semana passada. O magistrado precisava de ao menos 41 votos favoráveis para ser aprovado.

Continue lendo...

22/10

Ajufe participa de curso sobre Justiça Restaurativa

A Ajufe, apoiadora do curso à distância "Justiça Restaurativa – Um Outro Olhar para Além da Justiça Retributiva", realizado pela EMAG da 3ª Região, contou com a participação do coordenador da comissão Ajufe sobre Justiça Restaurativa, Fernão Pompêo, e da juíza federal e também membro da comissão, Kátia Roncada, nessa quarta-feira (21).

O curso ocorre até o dia 3 de novembro, contendo videoaulas que serão transmitidas pelo Zoom e fóruns de reflexão na plataforma Moodle, ambiente virtual da EMAG.

Continue lendo...

22/10

CJF libera R\$1,2 bilhão em RPVS

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$1.239.544.305,17 relativos ao pagamento das requisições de pequeno valor (RPVs), autuadas em setembro de 2020, para um total de 116.876 processos, com 145.487 beneficiários.

Do total geral, R\$978.736.898,73 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílio doença, pensões e outros benefícios, que somam 58.693 processos, com 73.445 beneficiários.

Continue lendo...

22/10

CNJ institui política de enfrentamento ao assédio e discriminação no Poder Judiciário

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por unanimidade resolução que institui no Poder Judiciário a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. A resolução vai se aplicar a todas as condutas de assédio e discriminação no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

O ministro Luiz Fux ressaltou a importância do enfrentamento e superação das injustiças de gênero e todas as formas de discriminação. "A aprovação é de uma importância ímpar. Trata-se de um tema muito importante e é um momento de afirmação do CNJ frente a novas perspectivas de problemas que estão no âmbito do Judiciário, como assédio moral, sexual e a discriminação".

Continue lendo...

22/10

INSS terá que conceder benefício por incapacidade e converter em aposentadoria por invalidez para auxiliar de cozinha

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou, em sessão virtual de julgamento na última semana (14/10), que uma auxiliar de cozinha de 54 anos, residente do município de Torres (RS), que sofre com hérnia de disco e osteoartrose severas deve receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o pagamento retroativo de auxílio-doença, desde setembro de 2014, sendo o benefício convertido em aposentadoria por invalidez, desde outubro de 2017. A 5ª Turma da Corte proferiu a decisão, por unanimidade, após analisar os laudos de três perícias médicas judiciais, realizadas ao

longo do processo por especialistas em ortopedia, traumatologia e neurologia, que constataram a incapacidade permanente da mulher para as suas atividades laborais.

Em dezembro de 2014, a segurada ajuizou a ação pleiteando que o INSS fosse condenado a reestabelecer o pagamento de auxílio-doença ou que convertesse o benefício em aposentadoria por invalidez.

Continue lendo...

22/10

Tarifa cobrada pela Caixa por conta corrente não é ilegal desde que haja previsão contratual prévia

A não-utilização de serviços bancários não exime o correntista do pagamento de encargos nos casos em que essas tarifas tenham sido previamente pactuadas entre as partes e disponibilizadas pelo banco para conhecimento do cliente. Portanto, havendo previsão contratual, não há qualquer ilegalidade na cobrança de taxas.

Com esse entendimento, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou um recurso de apelação cível em que uma moradora do município de Criciúma (SC) pedia que a Caixa Econômica Federal fosse condenada a cancelar todos os encargos incidentes sobre sua conta corrente e a pagar indenização por dano moral.

Continue lendo...

21/10

Diretoria da Ajufe reúne-se com senador Paulo Paim

Dando continuidade aos debates sobre projetos de interesse da magistratura federal com parlamentares, a Diretoria da Ajufe reuniu-se com o senador Paulo Paim (PT), nesta quarta-feira (21/10).

No encontro virtual, o presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, falou sobre a importância da aprovação dos projetos de ampliação da Justiça Federal (PL 5977/2019), de criação do TRF6 (PL 5919/2019) no Senado. E destacou a consequente melhoria da prestação jurisdicional com as medidas, apresentando as notas técnicas da associação referentes aos PLs.

Continue lendo...

21/10

Centro de Inteligência do Poder Judiciário, criado pelo CNJ, segue moldes de iniciativa da Justiça Federal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nessa semana a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ). A medida pretende

identificar as demandas repetitivas na Justiça desde a origem e, a partir daí, estimular a resolução adequada dos conflitos para evitar a judicialização indevida.

O CIPJ segue os moldes da iniciativa que surgiu na Justiça Federal, inicialmente no Rio Grande do Norte, e que se expandiu para o país e, agora, para as Justiças Estadual e do Trabalho. O presidente do Centro Local de Inteligência do Rio Grande do Norte, Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino, destaca a importância da medida do CNJ.

Continue lendo...

21/10

Centro de Inteligência vai buscar resoluções ágeis de processos judiciais

Identificar demandas repetitivas na Justiça e propor a replicação de julgamento paradigma dessas causas é um dos papéis do Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ) e da Rede de Centros de Inteligência do Poder Judiciário. A criação do CIPJ no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi aprovada nesta terça-feira (20/10), durante a 320ª Sessão Ordinária.

“A ideia é estimular a resolução adequada de conflitos massivos desde a origem e, assim, combater a judicialização indevida”, afirmou o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, relator do processo nº 0008502-54.2020.2.00.0000. O Centro de Inteligência vai monitorar ações judiciais para identificação de demandas estratégicas, repetitivas e de massa – ou ainda com potencial de repetitividade.

Continue lendo...

20/10

Justiça anula ato do Incra que havia cancelado título de propriedade particular em Foz do Iguaçu (PR)

A lei que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais (Lei nº 6.739/79) prevê que atos administrativos de cancelamento de título de propriedade devem ser notificados pessoalmente ao interessado ou, quando este não for encontrado, divulgados publicamente através de edital.

Com esse entendimento, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve válida na última semana (14/10) a sentença da Justiça Federal do Paraná que anulou um ato administrativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de cancelamento de título de propriedade no município de Foz do Iguaçu (PR) e manteve o autor da ação judicial com a posse das terras.

Continue lendo...

20/10

Caixa e Município de Umuarama (PR) devem indenizar mulher que teve nome trocado por homônimo em sorteio de moradia popular

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve a condenação da Caixa Econômica Federal e do Município de Umuarama (PR) em pagar indenização por danos morais para um casal que foi vítima de erro no sorteio de uma moradia popular. O homem e a mulher foram anunciados como ganhadores de uma casa no Conjunto Habitacional “Sonho Meu” localizado na cidade paranaense, no entanto, após receberem as chaves da residência, a mulher foi informada pelo Setor de Habitação do Município que havia ocorrido um erro da administração da Caixa e que, na verdade, ela não tinha sido contemplada com o imóvel, pois houve um equívoco com o seu nome e o de outra pessoa homônima cadastrada no mesmo programa de habitação.

A Caixa e o Município de Umuarama (PR) terão que pagar solidariamente o valor de R\$ 15 mil para cada um dos autores da ação pelo equívoco. A decisão foi proferida por maioria pela 4ª Turma do TRF4, em formato ampliado, em sessão telepresencial de julgamento ocorrida na última semana (14/10).

[Continue lendo...](#)

20/10

TRF3 promove acordo para facilitar licenças e afastamentos de funcionários da saúde da UFMS em casos de COVID-19

O Gabinete da Conciliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) homologou, na terça-feira (13/10), acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para facilitar afastamentos, licenças e ocorrências ligadas às consequências da pandemia da Covid-19 de servidores e funcionários da saúde. As partes concordaram em dar ampla divulgação ao canal de comunicação do setor de Gestão de Pessoas do Hospital Universitário da UFMS, que disponibilizará um servidor para atender e receber requisições de afastamentos, licenças ou qualquer ocorrência relacionada à Covid-19.

[Continue lendo...](#)

20/10

Webinar Cortes Supremas, Governança e Democracia, do STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizará nos dias 22 e 23 de outubro, a partir das 9h, o “Webinar Cortes Supremas, Governança e

Democracia: Contribuições da sociedade civil para o aprimoramento da governança do Supremo Tribunal Federal”, transmitido pelos canais da TV Justiça na televisão e no Youtube.

O objetivo deste webinar é de promover discussões atuais sobre Cortes Supremas, Governança Judicial e Democracia com a comunidade acadêmica nacional e internacional, relevantes atores públicos e a sociedade civil. A abertura do Supremo Tribunal Federal (STF) a ouvir as mais inovadoras ideias e práticas é norteada pelos valores da inclusão e da participação dos diversos segmentos da sociedade na atividade judicial, de forma a privilegiar a escuta ativa em relação às múltiplas perspectivas, experiências e conhecimentos em torno do tema.

[Continue lendo...](#)

20/10

TRF3 confirma concessão de benefício assistencial a criança com síndrome de Pierre Robin

A Nona Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), por unanimidade, manteve sentença que determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a concessão de Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) a uma criança de 6 anos, portadora de Síndrome de Pierre Robin, caracterizada por malformação facial e problemas respiratórios.

Para os magistrados, os requisitos legais para a concessão foram preenchidos como a constatação da deficiência, demonstrada por exame pericial, e a ausência de meios hábeis ao provimento da sua subsistência pela família.

[Continue lendo...](#)

20/10

Decisão confirma trabalho de homem em transporte coletivo e na construção civil como atividades especiais

A Nona Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), por unanimidade, confirmou decisão que determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) converter em tempo comum os 10 anos de atividade especial exercida por um homem no transporte coletivo e na construção civil. Para o colegiado, os documentos apresentados no processo comprovaram que o autor faz jus à averbação dos períodos. Ele trabalhou em profissão considerada penosa e em ambientes sujeitos a agentes químicos, ruídos e eletricidade superiores aos limites legais.

[Continue lendo...](#)

20/10

Tribunal nega pedido de concessão de indulto para ex-executivo da Odebrecht condenado por lavagem de dinheiro

Em julgamento realizado na última quinta-feira (15/10), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento a um recurso de embargos infringentes e de nulidade em que a defesa do ex-executivo do Grupo Odebrecht Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, condenado pelo crime de lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato, pleiteava a concessão de indulto da pena.

A decisão foi proferida por maioria pela 4ª Seção da Corte, órgão colegiado formado pelos desembargadores da 7ª e da 8ª Turma do Tribunal e especializado em Direito Penal.

[Continue lendo...](#)

20/10

Negada indenização para prefeito e vice eleitos que alegaram erro da Justiça Eleitoral em processo de cassação de mandatos

Em sessão telepresencial de julgamento realizada na última semana (14/10), a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento a um recurso de apelação interposto pelo ex-prefeito e ex-vice-prefeito eleitos da cidade gaúcha de Unistalda (RS). Eles haviam vencido as eleições municipais em 2008, mas tiveram os mandatos eletivos cassados pela Justiça Eleitoral e não tomaram posse nos cargos. No recurso negado pelo colegiado do TRF4, os dois requisitavam o pagamento por parte da União Federal de indenizações por danos materiais e morais e por lucros cessantes, alegando que por erro da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul foram indevidamente destituídos dos mandatos.

Moisés Soares Gonçalves e José Gilnei Manara Manzoni ajuizaram, em outubro de 2018, a ação indenizatória contra a União. Eles pleitearam os valores em danos materiais e lucros cessantes de R\$312.039,34, para Moisés, e de R\$189.114,78, para José, bem como em danos morais de R\$70.000,00 para cada um.

[Continue lendo...](#)

19/10

TRF4 mantém condenação de doleiro dono do Posto da Torre por crimes contra o sistema financeiro e associação criminosa

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou na quarta-feira (14/10) os recursos de apelação criminal do processo em que o doleiro Carlos Habib Chater, dono do Posto da Torre, em Brasília (DF), e mais três ex-funcionários dele foram

condenados na primeira instância da Justiça Federal do Paraná por crimes contra o sistema financeiro, associação criminosa e evasão de divisas no âmbito da Operação Lava Jato.

Por maioria de dois votos a um, a 8ª Turma da Corte, ao analisar os recursos interpostos pelos réus e pelo Ministério Público Federal (MPF), absolveu Habib Chater pelo delito de evasão de divisas e manteve as condenações pelos demais crimes.

[Continue lendo...](#)

19/10

Biomás Brasileiros e Patrimônios Nacionais

As imagens chocantes do Pantanal em chamas motivaram a realização do evento científico "Biomás brasileiros e patrimônios nacionais" nos dias 20 e 21 deste mês de outubro, com inscrições gratuitas. Será utilizada a plataforma Blackboard para os painéis e oficinas. Os inscritos receberão os links. Haverá transmissão ao vivo pelo Instagram e YouTube.

[Continue lendo...](#)

19/10

Homicídio da psicóloga da Penitenciária de Catanduvas (PR) será julgado pelo Tribunal do Júri em Curitiba

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) acolheu ontem (15/10) um pedido do juízo da 4ª Vara Federal de Cascavel (PR) e determinou que o julgamento do crime da morte da psicóloga que trabalhava na Penitenciária Federal de Catanduvas (PR), ocorrido em maio de 2017, seja realizado pelo Tribunal do Júri na Subseção Judiciária de Curitiba. A 4ª Seção do Tribunal entendeu que existem no caso fundadas dúvidas acerca da imparcialidade do corpo de jurados que venha a ser formado no município de Cascavel, local onde o processo estava tramitando, e decidiu pelo desaforamento do julgamento para a capital paranaense. O desaforamento consiste no deslocamento da competência territorial de uma comarca ou subseção judiciária para outra, onde se dará o julgamento pelo Tribunal do Júri. A decisão do colegiado foi proferida por unanimidade em sessão telepresencial de julgamento.

Em fevereiro de 2018, cinco indivíduos foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) pela prática de crime doloso contra a vida pelo homicídio da servidora pública federal que atuava como psicóloga na Penitenciária de Catanduvas. De acordo com a denúncia, o crime teria sido encomendado pela organização criminosa PCC - Primeiro Comando da Capital.

[Continue lendo...](#)

19/10

União deve conceder isenção de IPI para automóvel adaptado à idosa com limitação de movimentos

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou um recurso interposto pela União e manteve a decisão liminar que determinou a concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de um carro adaptado a uma moradora de Pelotas (RS) de 64 anos de idade que sofre com limitações de movimentos. A decisão foi proferida por unanimidade pela 2ª Turma da Corte em sessão virtual de julgamento ocorrida na última terça-feira (13/10).

A mulher ingressou com a ação em julho deste ano requisitando que a Justiça declarasse a isenção de tributos federais, especificamente o IPI, para a compra do automóvel.

[Continue lendo...](#)

19/10

TRF4 determina trancamento de inquérito policial instaurado contra o deputado federal Paulo Pimenta

Por unanimidade, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) concedeu ontem (14/10) um habeas corpus (HC) favorável ao deputado federal Paulo Roberto Severo Pimenta, do Partido dos Trabalhadores (PT), e determinou o trancamento de um inquérito policial que investigava o político por suposta prática de estelionato e de lavagem de dinheiro.

No julgamento do HC impetrado pela defesa do deputado, os desembargadores que compõem a 8ª Turma entenderam que não há provas contra Pimenta e que houve excesso de prazo na investigação.

[Continue lendo...](#)

19/10

Município de Laguna (SC) e proprietário de imóvel particular terão que recuperar área de preservação na Praia da Galheta

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou ontem (13/10) os recursos de apelação de uma ação civil pública em que o Município de Laguna (SC) e o proprietário de uma casa construída irregularmente na Praia da Galheta foram condenados em primeira instância a arcar com a demolição do imóvel e a providenciar, por meio de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), a recuperação total do dano ambiental causado.

Por maioria de quatro votos a um, a 3ª Turma da Corte, em formato ampliado, negou os recursos em que os réus questionavam a condenação e em que o

Ministério Público Federal (MPF) pedia a aplicação de multa pelos danos ao meio ambiente.

[Continue lendo...](#)

19/10

Motivação a longo prazo é tema de encontro do curso Administração da Justiça no novo contexto

Como manter-se motivado a longo prazo foi o tema da palestra do ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e desembargador federal aposentado Vladimir Passos de Freitas ocorrida ontem (14/10) durante o curso Administração da Justiça no novo contexto – trabalho em equipe, promovido pela Escola da Magistratura (Emagis) da Corte. A abertura do evento ficou a cargo do diretor da Escola, desembargador federal Márcio Antônio Rocha. A coordenação científica é das desembargadoras federais Salise Monteiro Sanchotene e Taís Schilling Ferraz, e a mediação foi realizada pelo juiz federal Emmerson Gazda.

Durante toda a palestra, Vladimir Passos de Freitas, que é professor doutor de Direito Ambiental na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, falou na necessidade de equilibrar a carreira profissional com a vida pessoal. “A pessoa deve procurar o que ela gosta, a sua vocação. Todos têm alguma vocação, seja ela política, seja na área da educação, do Direito Ambiental, e, com isso, se pode alargar os horizontes, o que significa também atuar fora da Justiça, para conhecer outros mundos, saber o que as pessoas pensam”, disse.

[Continue lendo...](#)



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil